



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LINGUÍSTICA
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

ARABELLA ALSKLING DE ARRUDA

**DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E ENSINO: reflexões sobre a lingua-
gem neutra no cenário educacional**

João Pessoa - PB
2022

ARABELLA ALSKLING DE ARRUDA

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E ENSINO: reflexões sobre a linguagem neutra no cenário educacional

Monografia apresentada ao curso de licenciatura em Letras – Português, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de licenciado em Letras- Português.

Orientador: Prof. Dra. Fernanda Rosário de Mello

**João Pessoa - PB
2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LINGUÍSTICA
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA**

ARABELLA ALSKLING DE ARRUDA

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E ENSINO: reflexões sobre a linguagem neutra no cenário educacional

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras-Português, pela Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em: 30 de novembro de 2022.

Banca Examinadora

(Profa Dra Fernanda Rosário de Mello – Orientadora – UFPB).

(Profa Dra Eliana da Silva Esvael – Avaliador Interno – UFPB).

(Prof. Dr. Rangel Peruchi – Avaliador Externo – UFESSPA).

Dedicado àqueles que respeitam a sabedoria do tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus professores que me inspiraram a escolher fazer o que amo; aos meus irmãos, com quem sempre me senti livre para falar de meus sonhos; e à minha mãe, Aninha, por ter me mostrado, desde pequena, a força do ser humano.

*" Mas o homem não foi feito para a derrota - disse -. Um homem pode ser destruído,
mas não derrotado."*

Ernest Hemingway, livro O Velho e o Mar.

RESUMO

Por meio de uma análise descritiva e exploratória dos aspectos sociolinguísticos voltados para a adoção da linguagem neutra na comunidade escolar, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre a legitimidade dessa reivindicação, e seus desdobramentos na Educação Básica, considerando fatores, tais quais a avaliação do corpo social e os modelos propostos, até o momento, para a sua prática. Para tanto, foi feita a análise - tendo em vista conceitos da Sociolinguística, sobretudo em Faraco (2021) e Bagno (2007) e estudos sobre linguagem neutra BARBOSA FILHO; OTHERO, 2022) - dos quarenta primeiros posicionamentos inseridos nos comentários de uma reportagem publicada no Facebook, em 2022, sobre linguagem neutra e ensino a fim de se examinar os aspectos que influenciam na disposição da população em refletir sobre a adoção da linguagem neutra e assim, também, os pontos que apontam para a necessidade dessa medida de inclusão educacional. Os principais resultados alcançados apontam para um imaginário social de língua como entidade suprema, inflexível, invariável, sinônimo exclusivo de norma-padrão. A diversidade é vista, para a maioria das pessoas, como algo que deve ser combatido, já que traz à língua instabilidade e uma consequente degeneração. Relativamente ao cenário educacional, detectamos a dificuldade em inserir a temática da diversidade, sob os estudos da linguagem neutra, na escola de Educação Básica, mesmo que seja essa a orientação dos documentos oficiais (BRASIL, 2017), dada a grande barreira que se estabelece nos diversos segmentos sociais relacionada ao tema.

Palavras-chave: Linguagem neutra; Sociolinguística; Educação; Norma-padrão; inclusão.

Through a descriptive and exploratory analysis of the sociolinguistic aspects aimed at the adoption of neutral language in the school community, the present work proposes a reflection on the legitimacy of this claim, and its consequences in basic education, considering factors such as the evaluation of the body and the models proposed, so far, for its practice. To this end, the analysis was carried out - considering the concepts of sociolinguistics in Faraco (2021) and Filho et. Al (2022) - of the first forty positions inserted in the comments of a report published on Facebook, in 2022, in order to examine the aspects that influence the population's willingness to reflect on the adoption of neutral language and thus, also, the points that point to the need for this measure of educational inclusion.

Keywords: Neutral language; Sociolinguistics; Education; Standard norm; Inclusion.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 -	23
Figura 2 -	23
Figura 3 -	23
Figura 4 -	23
Figura 5 -	24
Figura 6 -	24
Figura 7 -	24
Figura 8 -	24
Figura 9 -	24
Figura 10 -	25
Figura 11 -	25
Figura 12 -	25
Figura 13 -	25
Figura 14 -	26
Figura 15 -	26
Figura 16 -	26
Figura 17 -	26
Figura 18 -	27
Figura 19-	27
Figura 20 -	27
Figura 21 -	27
Figura 22 -	28
Figura 23 -	28
Figura 24 -	29
Figura 25 -	29
Figura 26 -	29
Figura 27 -	29
Figura 28 -	29
Figura 29 -	29
Figura 30 -	31
Figura 31 -	31
Figura 32 -	32
Figura 33 -	32
Figura 34 -	32
Figura 35 -	33
Figura 36 -	33
Figura 37 -	34
Figura 38 -	34
Figura 39-	34
Figura 40 -	34
Figura 1A-	30
Figura 1B -	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LP Língua Portuguesa

NP Norma Padrão

LN Linguagem Neutra

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Procedimentos metodológicos	11
2. ENSINO DE LÍNGUA E SOCIOLINGÜÍSTICA	14
3. LINGUAGEM NEUTRA E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO	17
3.1 O GÊNERO NA LINGÜÍSTICA	17
3.2 LÍNGUA E SOCIEDADE, GÊNERO EM FOCO.	19
4. ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Em 2021, o projeto de lei 54/2021, proposto pelo então vereador Nikolas Ferreira (PL), teve como objeto a proteção dos direitos ao aprendizado da Língua Portuguesa com base nas orientações nacionais de educação, no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e na gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Aprovado em primeiro turno, foi acompanhado no plenário pela população e por nomes da educação, como Duda Salabert (PDT), professora de Língua Portuguesa, para quem o panorama educacional conta com outras prioridades, como o combate ao analfabetismo e a evasão escolar.

Assim, conforme visava o Projeto de Lei 54/2021, a linguagem neutra deveria estar fora dos materiais didáticos, da grade curricular das instituições públicas e privadas e de editais de concursos públicos, havendo a recomendação, ainda, de que as entidades de ensino do país valorizassem a linguagem culta. É importante ressaltar que essa não é a primeira vez que a linguagem neutra chama a atenção dos órgãos públicos. Até outubro de 2021, havia 34 outros projetos para impedir o uso da linguagem neutra no Brasil¹.

São muitos os exemplos que revelam a atualidade e a abrangência da discussão acerca da linguagem inclusiva, que se materializa, dentre outras formas, na linguagem neutra. As crescentes iniciativas de tornarem lei sua proibição, sobretudo nas escolas, são uma das mais relevantes, porque nos dão a dimensão da força social que o debate carrega.

Se, antes, muitas das inquietações dos variados grupos sociais ficavam restritas a seus participantes e, consequentemente, invisíveis aos demais, hoje, com o alcance das redes sociais, as vozes antes silenciadas se fazem ouvir não apenas por um grupo específico, mas por todos que circulam nas redes e têm acesso ao que neles se compartilha. A partir disso, fica perceptível a discussão cada vez mais sistemática sobre o surgimento, por reivindicação da comunidade LGBTQIA+², do uso da linguagem neutra - como tentativa de representatividade desse grupo -, pondo em

¹ Informação disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/23/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra>. Acesso em: 09 de nov. 2022.

² Terminologia mais atualizada sobre a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual, o símbolo + foi acrescentado para abranger qualquer outra orientação sexual.

xeque conceitos primordiais da norma-padrão. Nesse sentido, a temática desperta não só a reflexão de estudiosos da área, mas também da população, que tem seus dilemas sociais difundidos em larga escala através das redes sociais.

Nessa linha de raciocínio, por um lado, o objetivo de não se estabelecer um gênero específico é coerente àqueles que, de fato, não se determinam homem ou mulher. Para ilustrar, em uma pesquisa pioneira na América Latina, da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB), constatou-se que aproximadamente 2% da população adulta brasileira é não-binária, ou seja, 3 milhões de brasileiros compõem esse grupo.

Nesse aspecto, a linguagem neutra surge como uma alternativa para uma comunicação que acolha todas as manifestações de gênero que se possa ter na sociedade atual, neutralizando, de modo geral, os indivíduos. Segundo Cavalcante (2022, p. 74-75), pode ser definida pela morfologia de gênero e/ou pronomes e determinantes neutros em palavras com traço semântico [+humano], em que a relação de oposição entre o gênero masculino e o gênero feminino não supre a necessidade de determinados contextos de fala (em especial os dos não-binários), não sendo suficiente para dar conta da identidade de gênero. Dessa forma, o gênero neutro serve a dois propósitos: ou marcar indivíduos que não se identificam com masculino e feminino (os não binários), ou para neutralizar todos os indivíduos:

(1) Bom dia a todos, todas e todes.

(2) Bom dia a todes.

Nesses casos, a neutralidade ocorre com a marca formal de ‘e’ como flexão de gênero. Outras tentativas de estabelecer essa marcação foram feitas, porém se mostraram pouco produtivas, como o uso de ‘@’ ou de ‘x’: ‘Car@s alun@s’; ‘Carxs alunxs’. Essas formas encontraram maior resistência, dadas restrições de estrutura da sílaba em português e também de leitura por processadores de texto usados por pessoas com deficiência visual.

Dessa forma, temos uma prerrogativa constante, inclusive da comunidade docente, de que a adoção de um terceiro pronome, por exemplo, causaria um verdadeiro caos à comunicação e, finalmente, ao ensino da língua portuguesa. Cabe ressaltar que o gênero possui algumas definições distintas nas diferentes gramáticas. Bechara (1999), por exemplo, determina gênero de acordo com o artigo que o acompanha – o, masculino; a, feminino –. Cunha e Cintra (1985) dizem que o masculino é o termo não marcado, já o feminino é o termo marcado.

Acerca disso, o que se tem hoje no cenário educacional é que, já nas escolas, o estudante depara-se com uma língua distante daquela de que faz uso diariamente, dessa forma o aprendizado da gramática normativa – prioritariamente utilizada nas escolas brasileiras – se dá de forma quase antagônica ao aprendizado da própria língua materna. Cabe, porém, destacar a importância do conhecimento das regras de funcionamento da linguagem, o que inclui, certamente, as regras de uma norma-padrão.

É interessante observar, contudo, que o falante – em qualquer que seja seu nível socioeconômico –, ao colocar em prática seu vernáculo, não se percebe um indivíduo possuído pelas diversas variações que a vida cotidiana traz à linguagem. Frente a isso, formam-se verdadeiros dogmas próprios de um grupo acerca de algo que ocorre independente da norma-padrão, mas nunca por acaso, como colocado por Bagno (2007).

Nesse aspecto, há de se concordar com aqueles que se opõem ao uso da linguagem neutra e defendem a Língua Portuguesa tradicional como um patrimônio de bastante valor para a cultura brasileira, porém, é impossível não a associar, também, às questões políticas que reverberam em uma sociedade. Logo, tem-se normas típicas das elites intelectuais e normas que revelam classes sociais desprestigiadas.

As normas mais elitizadas estão, por exemplo, na primeira gramática de reconhecimento no Brasil, a de João de Barros, publicada em 1540 e destinada aos *barões doutos*. Esse manual era, nas palavras do próprio autor, o modo certo e justo de se falar e se escrever. Já as normas de menos prestígio podem ser exemplificadas no polêmico “Livro de Português do MEC”, que explicava o uso legítimo de “os livro”, embora apontasse a necessidade de se estar atento aos contextos de fala, para evitar sofrer preconceito linguístico.

Paralelo a isso, como se não bastasse a pressão sofrida por discentes para que haja uma normatização da língua, há uma cobrança constante aos professores de língua portuguesa no que tange ao ensino daquilo que parece ser o mais valioso no aprendizado do idioma: as regras prescritas com teor normativo. Cabe ressaltar que, no imaginário da maioria das pessoas, o vocabulário do professor de língua portuguesa deve ser irretocável, algo a servir como ideal de fala em quaisquer circunstâncias.

Tendo em vista as questões até aqui levantadas, é evidente que a linguagem inclusiva no que tange ao gênero neutro é um assunto complexo, porque envolve

aspectos de estrutura linguística – semântica, morfológica, morfossemântica – e também aspectos sociohistóricos da língua – as relações de poder envolvidas na linguagem, preconceitos linguístico e social, minorias, aceitação da diversidade, relação língua x identidade, mudanças acima do nível de consciência (quando os falantes têm consciência do fenômeno linguístico em questão) (CAVALCANTE, 2022, p. 75). É nesse aspecto que nosso Trabalho de Conclusão de Curso discute a inclusão da linguagem neutra no cenário educacional e, para isso, dispõe de um acontecimento ocorrido na Colômbia, em 2022, quando uma professora reprovou uma aluna pela feitura de um trabalho, utilizando-se da linguagem neutra. Nesse ínterim, ao ser publicado no Brasil, o caso comoveu milhares de usuários da rede social Facebook. Para se ter uma ideia, até este momento, são quarenta e duas mil reações no *post* que traz a reportagem; enquanto uma outra reportagem publicada algumas semanas depois, um caso de pedofilia, tem somente duzentos e cinquenta e duas reações. São quase 170 vezes mais reações sobre gênero neutro na escola do que sobre a pedofilia, um dos crimes mais perversos de que se tem conhecimento. Dadas a abrangência e a relevância do tema, é preciso entender o que os sujeitos pensam sobre a linguagem neutra, sua relação com a educação e o que sustenta suas opiniões.

Então, partindo do que apontam os milhares de comentários postados a respeito do episódio noticiado, chegamos à questão central desta pesquisa: quais são os aspectos sociais e científicos que embasam os posicionamentos dos brasileiros em relação à linguagem neutra, sobretudo no âmbito educacional? Isso posto, levando-se em consideração a Linguística como uma ciência, seus estudos dão conta de situar os diversos usos sociais da linguagem e de suprir a reivindicação da adoção de um gênero neutro?

Nesse caso, temos, como objetivo geral, descrever, com base nos aportes teóricos aqui utilizados, que embasamentos, socioculturais e científicos, servem como defesa de pontos-de-vista favoráveis e contrários à adoção da linguagem neutra e seu ensino no ambiente escolar. A partir disso, como objetivos específicos, têm-se analisar as estruturas sociais que fazem parte da construção da norma-padrão, refletir sobre como esses conceitos podem influenciar práticas educacionais e apontar os aspectos científicos e sociais presentes nas atitudes de quem se diz contra ou a favor da linguagem neutra nas escolas a partir de comentários selecionados e, então, por meio disso, o entendimento de como a linguagem neutra pode ser abordada no meio escolar.

1.1 Procedimentos metodológicos

Por explorar contextos que são descritos e observados mediante nossa prática acadêmica, este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, de base descritivo-interpretativista. Ao levar em consideração o desenvolvimento dos objetivos, a pesquisa é exploratória. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, é uma pesquisa documental.

Nosso *corpus* de análise são comentários feitos a partir de uma publicação feita na rede social Facebook sobre a presença da linguagem neutra nos espaços escolares. Embora o episódio trate de um fato ocorrido na Colômbia, a postagem foi feita numa página brasileira, o que levou a quase todos os usuários imaginarem se tratar de uma ocorrência no Brasil e seu comentários, favoráveis ou contrários, também seguiram essa suposição, discutindo ensino de LP e linguagem neutra.

É sabido que a publicação no Brasil do ocorrido na Colômbia teve - até a data de escrita deste trabalho - mais de 42 mil comentários, majoritariamente favoráveis à atitude da professora e, portanto, contrários à adoção da linguagem neutra no ambiente escolar. Isso aponta, inicialmente, para o impacto que rupturas nas tradições linguísticas de certos grupos da sociedade pode causar com relação às demandas sociais.

Para tanto, buscou-se caracterizar a postura da população brasileira frente aos conhecimentos linguísticos para que, dessa forma, houvesse observação de quais aspectos sociais e científicos estão presentes nas reações relacionadas à reportagem. Assim, o trabalho insere-se no propósito descritivo e exploratório, uma vez que dedica-se ao mapeamento de um fenômeno sociolinguístico e, também, o estudo do caso trazido como objeto de análise.

Nesse panorama, no primeiro momento, foram selecionados os vinte primeiros comentários favoráveis e os vinte primeiros comentários contrários à atitude da professora perante a entrega de um trabalho escrito em linguagem neutra. É importante acrescentar que esse recorte leva em consideração apenas os posicionamentos em que há alguma justificativa relacionada à LP para que houvesse uma abordagem qualitativa dos dados.

Após a coleta dos 40 comentários na página *O Amor*³ do *Facebook*, fez-se um levantamento de fundamentos que fornecessem base teórica necessária para a análise dos comentários. Nesse prisma, o capítulo 2 traz um estudo de conceitos da Sociolinguística para se construir um panorama do ensino da LP; o capítulo 3 aborda a linguagem neutra em duas subseções: “o gênero na linguística” e “língua e sociedade, gênero em foco” de modo que haja um esclarecimento quanto ao uso do gênero na LP, levando-se em consideração tanto a Linguística, quanto as práticas sociais.

Na sessão 3.1 “o gênero na linguística” há uma análise de como o gênero é tido nos estudos linguísticos e como ele se comporta dentro das práticas sociais no intuito de saber se há concordância sobre gênero entre a gramática normativa e falante. Já na sessão 3.2, o foco também se dá sobre o gênero, só que dentro de uma discussão voltada para a área da sociolinguística com o objetivo de destacar quais mudanças são propostas na adoção da linguagem neutra.

Diante disso, os principais autores que contribuíram para a fundamentação teórica dos capítulos 2 e 3 foram Faraco (2008), Lucchesi (2015), Cavalcante (2022) e Barbosa Filho e Othero. (2022). A partir de Faraco (2006), foi analisado o surgimento da gramática normativa já em grupos elitizados na Antiguidade; e de Lucchesi (2015), uma noção dos conceitos gerados na utilização das diferentes normas linguísticas, trazendo exemplos da atualidade, no Brasil.

Partindo-se para o eixo da Linguística, Cavalcante (2022) fornece os modelos morfológicos mais utilizados dentro da proposta de uma linguagem neutra que não defina o gênero dentro da linguagem. Por último, Barbosa Filho e Othero (2022) são responsáveis pela localização do gênero nas gramáticas brasileiras, além de ajudar na concepção entre linguagem neutra e inclusão social. Após a fundamentação teórica, chega-se à análise dos dados coletados no Facebook. Cada análise se dá de forma a encontrar concepções que influenciam a opinião pública acerca da utilização da linguagem neutra nas escolas.

Para tanto, o primeiro capítulo trará como principal aporte teórico, Faraco (2021), tendo em vista a necessidade de respaldo sobre o ensino de LP e Sociolinguística, bem como traçar um paralelo entre língua e sociedade. Em seguida, dividido em duas sessões, serão analisadas as propostas atuais para o uso da linguagem neutra.

³ Disponível em < <https://www.facebook.com/1211935785533702/posts/pfbid0ugrVvy4FiFCZDy75q3hxCi-HGVM2BfYv1a4yAsWR8WQFyWy7SnoDLHk7W7GkBzWmXI/> >

Finalizamos esta Introdução, reforçando a relevância do tema, cabendo-nos, sobretudo como professores de língua portuguesa, conhecer o assunto e nos informar sobre ele (BARBOSA FILHO; OTHERO, 2022, p. 11). Concordamos com Possenti, ao dizer que, independentemente de chegarmos a um consenso sobre as alternativas postas para o debate, o fato é que a questão está posta e seria indecente não reconhecer sua relevância (POSSENTI, 2022).

2. ENSINO DE LÍNGUA E SOCIOLINGÜÍSTICA

Constatou-se, a partir do INAF⁴ 2018, que apenas 12 % da população brasileira alcançou o nível de proficiência de seu próprio idioma. Contrapondo esse contexto, que desfralda uma sociedade beirando o analfabetismo funcional, é comum pensar um ensino de língua intrinsecamente ligado ao ensino da gramática normativa, assegurando às escolas um ensino refinado, próprio de sociedades desenvolvidas. Inclusive, é curioso destacar, segundo Lucchesi (2015, p.17), que muitas línguas africanas possuem um sistema morfológico de classificação nominal extremamente complexo, mesmo se tratando de línguas ágrafas⁵.

Sob esse viés, é válido retornar aos tempos da Antiguidade Clássica quando a variação linguística já se apresentava como uma ameaça à manutenção da cultura de grupos dominantes. Acerca disso, Faraco (2008, p.17) fala que os gregos alexandrinos já se deparavam com uma diferenciação entre o grego clássico e o falado cotidianamente por eles e, também, com a expansão do dialeto ático⁶ pelo império de Alexandre, fenômeno denominado como *Koiné*.

Frente a isso, utilizaram-se do resgate de antigos escritores para a delimitação de uma língua que representasse um império, iniciando-se os primeiros estudos gramaticais da Antiguidade. Como se sabe, a cultura greco-romana passou por diversas ameaças de extinção ao longo de sua expansão territorial, de forma que o dialeto ático, aquele falado em Atenas e digno de muito prestígio na época, foi sofrendo tantas variações, que era muito evidente a diferença entre o grego empregado nos textos clássicos e o grego falado nas ruas.

Os manuais gramaticais davam, então, como seu objetivo, a formulação, a partir da língua dos autores consagrados, de regras para falar e escrever corretamente; continham uma descrição da estrutura das sentenças (sintaxe) e uma classificação das palavras com uma apresentação de sua morfologia flexional (conjugação dos verbos e declinação dos substantivos). Completavam-se com um capítulo que tratava de questões de estilo, com destaque para as figuras de linguagem e para o que se convencionou chamar de “virtudes e vícios” de linguagem (FARACO, 2008 p.17).

⁴ O Indicador de Alfabetismo Funcional é uma pesquisa idealizada em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, realizada com o apoio do IBOPE Inteligência e coordenada pela Conhecimento Social.

⁵ Sem registro gráfico, sem a escrita.

⁶ Diz-se de dialeto grego falado na Ática, que se tornou a língua literária da Grécia clássica.

É importante salientar, também, que essa gramática tinha um público e era, particularmente, excludente, a ponto de ser restrita a pequenos grupos autorizados a participar dos importantes debates em prol da democracia ateniense. Nesse ínterim, os homens filhos de pais atenienses eram responsáveis pela disseminação da tradição linguística grega, desenvolvendo diferentes habilidades ligadas à retórica e escrita, sob o teor, novamente, da culturalidade. Esse aspecto foi responsável por manter o prestígio linguístico desse idioma utilizado pelos autores clássicos, sendo, inclusive, continuado pela elite romana. É importante acrescentar que nessa sociedade a exaltação política e filosófica permitiam que a erudição gramatical fosse, realmente, posta em prática.

De forma antagônica, se dá a norma-padrão na atualidade, repassada para os alunos, realçada por um grande equívoco no ensino da LP: a de que a norma-padrão é a única forma correta de comunicar-se, como se só existisse um modo de fala por toda a extensão do país, o que pressupõe, por conseguinte, apenas um tipo de falante. Ora, sabendo-se que a Linguística abrange todos os aspectos de uma língua, é inegável que ela também abrangerá todos os dialetos, todos os contextos e identidades de seus falantes, como, então, o aluno será provocado à reflexão de sua língua materna, se o que lhe é ensinado está contido em um restrito manual linguístico criado séculos atrás?

Acerca disso, Bagno (2007) traz, em *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*, alguns dos erros que estudos linguísticos podem cometer ao não considerar aspectos sociais da língua. Um deles é, justamente, a falsa crença de norma-padrão como uma variedade linguística, quando, na verdade, para ser língua e variedade, precisa ser falada ou escrita, algo que não acontece na prática, pelo falante de língua portuguesa. Outro aspecto importante provocado pelo autor é a falta de conhecimento acerca da simbologia de uma denominada “norma culta”.

Sobre isso, é válido ressaltar que a camada social mais envolvida no combate às modificações que ocorrem na língua é a população de maior poder aquisitivo e que, portanto, frequentou a escola, muito presente nos grandes centros urbanos, que faz uso de uma forma mais monitorada de comunicação. Todavia, como visto anteriormente, esse senso de responsabilidade de certo grupo social na manutenção do “bom uso da língua” não é um fenômeno próprio da contemporaneidade, mas sempre serviu de artifício para qualificar não necessariamente determinada forma linguística, mas sim, seus falantes.

Nesse sentido, Lucchesi (2015, p.24) cita a recepção negativa pela qual o escritor José de Alencar passou, ao utilizar em suas obras, a realidade cultural indigenista, tendo, inclusive, em sua escrita, muitos elementos do léxico indianista. Dessa forma, contribuiu para um estilo “abrasileirado” da escrita, nessa época próxima à independência do Brasil, desagradando a elite defensora da utilização do cânone coimbrão, da antiga metrópole colonial, que se via, a partir daquele momento, corrompido pela linguagem brasileira.

Logo, a norma-padrão – aquela exigida nos exames de acesso ao ensino superior, por exemplo – é um objeto carregado de uma antiga tradição dos gramáticos de se estabelecer o que há de errado ou certo no uso da língua, desconsiderando, é claro, o caráter infalivelmente mutável que ela possui. Assim, embora muitos pensem que não, a própria norma culta não cabe nesse conjunto de regras idealizadoras de uma língua pura, pois até os falantes que estão nas camadas sociais mais abastadas não estão isentos das variações linguísticas.

O que encontramos nesta área é um complexo entrecruzamento de elementos léxico-gramaticais e outros tantos de natureza axiológica que, em seu conjunto, definem o fenômeno que designamos tecnicamente de norma culta. Em outras palavras, a cultura letrada é, como têm procurado demonstrar os estudos sobre letramento (cf., entre outros, Soares 1998), maior do que apenas ler e escrever. Do mesmo modo, a norma culta é mais que apenas um rol de elementos léxico-gramaticais. Ela combina práticas culturais, valores sociais e elementos propriamente linguísticos (FARACO, 2008, p. 57-58).

À vista disso, pode-se evidenciar a língua como uma poderosa ferramenta de ascensão social, ou seja, para que se haja esse afunilamento dos que realmente estão “aptos” para utilizar a língua, tem que se padronizar, ao máximo, seus mecanismos e isso, normalmente, sugere o desprezo de seu uso natural. Não por acaso, essa qualidade de falante culto transborda para o eixo sociopolítico, quem não tem o “privilegio” de transpassar os ensinamentos da gramática normativa que lhes foram passados, dificilmente, será visto como um cidadão autônomo capaz de tomar decisões na sociedade.

3. LINGUAGEM NEUTRA E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO

Neste capítulo, serão discutidos os aspectos sociais e linguísticos que envolvem a construção do gênero na comunidade de fala, com o fito de se ter uma base para avaliar se o gênero gramatical, tal como se define na gramática normativa, dá conta das demandas sociais na atualidade. Isso posto, é possível entender como processos linguísticos podem ou não ser consolidados independentemente do nível de consciência de seus falantes.

Dentro dessa temática, como já foi discutido no capítulo anterior, é sabido que a linguagem exerce elevado poder sobre as relações interpessoais e, por mais que se tenha a existência de outras normas linguísticas, a única capaz de inferir uma alta valoração àquele que a detém é a norma-culta, o que leva a inferir um funcionamento de língua intimamente ligado à emancipação social e ao poder de domínio de uma classe sobre a outra.

Nesse aspecto, observa-se o espaço educacional como fornecedor da base teórica para o aprendizado de práticas em língua materna, sem, no entanto, deixar de considerar que essa língua materna também decorre de outros fatores, como família, ciclo de amigos, redes sociais etc. Contudo, não é raro se deparar com práticas que - pelos fatores discutidos a seguir - destoam da individualidade e despreocupam-se com o fato de o aluno se sentir ou não representado pelo idioma que está aprendendo.

3.1. O GÊNERO NA LINGUÍSTICA

Valendo-se do exemplo trazido por Borba e Lopes (2018), quando se passou a utilizar o termo “presidenta”, ao observar a repercussão na mídia, há, de forma desdenhosa, algumas notícias que trazem termos como “presidente”, “gerento”. Essa postura revela, justamente, o que está no consciente linguístico de boa parte da população: a presença do “o” ao final das palavras como um símbolo do masculino biológico.

Inicialmente, há de se ter em mente que as gramáticas normativas se propõem como manuais para descrever como utilizar uma língua da forma correta. Muito se diz que certas manifestações linguísticas são agramaticais, porém, se há nelas uma forma mapeável de comportamento, logo pode-se considerá-la gramatical. Isso, no entanto, não é uma condição indispensável para que novas demandas linguísticas

passem a existir; uma língua passa a existir, basicamente, a partir do momento em que passa a ser falada, estando ela dentro dos livros estudados na escola, ou não.

Nesse prisma, não há um consenso no que seja o gênero para as gramáticas, mas, de modo geral, o que se observa é que a marcação do gênero feminino vem da ausência do gênero masculino. Pereira (1957, p. 83-87) trata de gênero masculino palavras terminadas em “o” e “u” e as femininas, terminadas em “gem”, “dade”, “ice”. Matoso Câmara define o gênero através do artigo que acompanha as palavras: as acompanhadas por “a” são femininas, aquelas acompanhadas por “o” são masculinas. Acerca da neutralidade, tem-se uma observação importante de Câmara Jr. (1970 p. 79):

O masculino é uma forma geral, não marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (*jarra* é uma espécie de “jarro”, *barca* um tipo especial de “barco”, como *ursa* é a fêmea do animal chamado “urso” e menina uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos denominados (sic) como a de “menino”).

Nessa linha de raciocínio, que traz a preferência pelo masculino para designar o gênero neutro, há de se observar que, nesses casos, cujo gênero não está determinado, existe concordância. No exemplo “*Está cheio de pessoas por aqui*”, “cheio” exerce uma concordância masculina no restante da frase. Embora, o que se aprenda na gramática tradicional é que quando o sujeito é masculino o predicativo estará, também, no masculino e quando está no feminino, o predicativo estará no feminino, mas no exemplo anterior, com qual sujeito “cheio” está concordando? E por que a mesma sentença não assume a palavra “cheia”? (POSSENTI, 2022, p.25).

Foram questionamentos assim que provocaram uma comoção social para que se houvesse uma linguagem inclusiva, inicialmente requerida por movimentos feministas e, posteriormente, uma linguagem neutra que atendesse ao não binarismo. Em contraponto, há a prerrogativa constante da artificialidade de alguns desses modelos, uma vez que seriam impostos aos falantes. Sobre isso, a linguista Sônia Cavalcante diz que:

A implementação e o espriamento da mudança linguística estão relacionados a diversos fatores, principalmente fatores relacionados à aceitação das novas formas na comunidade de fala. Consideremos que a forma –e para designar gênero neutro seja uma forma inovadora, ainda restrita a um grupo social, principalmente a comunidade LGBTQIA+. Para essa mudança se espriar e se implementar em diversos grupos sociais, temos que considerar os fatores relacionados ao que Labov (1990) chama de mudança no nível da consciência social (*from above*) e mudança abaixo da consciência social (*from below*):

geralmente as mudanças que têm origem na classe dominante sofrem menos preconceito social e são menos estigmatizadas do que as mudanças oriundas do vernáculo (CAVALCANTE, 2022, You Tube).

Dentre as várias formas de sistematização da linguagem neutra, no Brasil, as que vêm sendo mais popularizadas, especialmente pelo grupo LGBTQIA+, é a troca de marcadores do masculino genérico por “@”, “x” e “E”, este último mais defendido, por ser, fonologicamente, viável. Para exemplificar, em vez de “bom dia a todos”, na linguagem neutra, usa-se “bom dia a todes”, de forma a abandonar a distinção de gênero. O plural de professor seria, então, “*professories*” para diferenciar do já existente “professores”.

Os sistemas pronominais propostos por Almeida (2020) trazem, além do sistema “ile”, – observado anteriormente – os sistemas elu, ilu e el. Assim, no primeiro caso, em “ele comeu uma pizza”, “o gato é dele”, usa-se: “elu comeu uma pizza” e “o gato é delu”; no segundo, “ilu”, tem-se “ilu comeu a pizza”, “o gato é dilu”, e por último, no sistema “el”, “el comeu a pizza”, e “o gato é del”.

Isso, com o objetivo de que haja uma comunicação voltada para quem não se reconhece no gênero masculino ou feminino, àqueles que permeiam entre os dois gêneros, ou quem, simplesmente, pensa seu gênero de forma diferente a tudo que se tem na gramática tradicional. De tal forma, para referir-se a alguém que desempenha a profissão de professor, tem-se as opções: “ile é professore”; “ele é professor”; “ela é professora”.

3.2. LÍNGUA E SOCIEDADE, GÊNERO EM FOCO

Para além de uma nação, é nítido que a formação de um ser com toda a sua complexidade individual se dá em processos intimamente ligados à linguagem. A partir dela, o indivíduo realiza seu pertencimento a um grupo, cultura; expressa seu consciente e inconsciente. Pode-se dizer que, quando algo existe, em seguida, é denominado e é, através disso, que o ser estabelece uma ligação com o mundo em sua volta.

A linguagem é, então, a matéria do pensamento e o veículo da integração social. Assim como não há sociedade sem linguagem, não há linguagem sem sociedade. Tudo o que se produz como linguagem ocorre em sociedade para ser comunicado; e, como tal, constitui uma realidade material que se relaciona com o que lhe é exterior, com o que existe independentemente da linguagem. Como realidade material – organização de sons, palavras, frases – a linguagem é relativamente autônoma; como expressão de emoções, ideias, propósitos, no entanto, ela é orientada pela visão de mundo pelas injunções da realidade social, histórica e cultural de seu falante (FIORIN; PETTER, 2007, p.6).

Sob esse panorama, é possível afirmar que a reivindicação do uso da linguagem neutra nas instituições sociais tem amparo na necessidade que as pessoas não-binárias e intersexo têm em ser incorporadas a uma realidade social que, majoritariamente, ainda não as acolhe de maneira efetiva. Nesse contexto, há, inicialmente, a prerrogativa de que as palavras masculinas designam sentidos ligados ao masculino biológico. Para exemplificar, os autores Eckert e McConnell-Ginet (2010) afirmam que o ato de nomear algo engloba muito mais do que somente atribuir uma palavra a uma coisa:

A linguagem da mulher tem sido compreendida como refletindo o seu conservadorismo, consciência de prestígio, mobilidade ascendente, insegurança, deferência, encorajamento, expressividade emotiva, sensibilidade em relação aos outros, solidariedade. Já a linguagem dos homens é descrita como evidenciando sua dureza, falta de afeto, competitividade, independência, competência, hierarquia (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010[1992], p. 95).

Cabe destacar, no entanto, que para a gramática normativa não importa se aquele gênero denota alguém do sexo masculino, feminino ou não-binário, já que não há nela um engajamento social. Acerca disso, Perine (2016) explica a ausência de correlação entre gênero gramatical e o sexo daquilo que é denominado, haja vista que uma palavra feminina pode designar seres masculinos e até os dois, simultaneamente, como é o caso da palavra “pessoa” e vice-versa.

Todavia, ainda que seja evidente a despreocupação da gramática com o funcionamento do gênero em sociedade, alguns fatores levam a crer que o mesmo não ocorre no valor social que o gênero carrega em si, como bem colocado, anteriormente, por Eckert e McConnell-Ginet (2010). É notável, por exemplo, que as formas de tratamento são reflexo de certas estruturas sociais e, no caso da gramática normativa, o que é majoritariamente refletido é o público para quem essa gramática foi criada.

Assim, tendo em vista a contradição ao que se diz a respeito da utilização do gênero masculino como uma utilização não marcada do gênero, atribuindo-se a ele uma neutralidade, tem-se a noção explícita da fragilidade, cada vez maior, do que seria a neutralidade do gênero diante das formas diferenciadas que o gênero pode assumir:

Papel é aqui entendido no sentido que se usa no teatro, ou seja, uma representação de um personagem. Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado

papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra. A Antropologia, que tem como objetivo estudar a diversidade cultural humana, tem mostrado que os papéis de gênero são muito diferentes de um lugar para outro do planeta (GROSSI, 1998, p. 6).

A respeito disso, basta lembrar a reação de grupos com relação ao uso do termo “presidenta” no mandato de Dilma Rousseff. Como discutido por Borba e Lopes (2018), essa reprovação sobre qualquer fissura no sistema de gênero da gramática normativa revela o desejo desse grupo por uma estabilidade social que mantenha não só a tradição de uma língua, mas – entendendo o valor da língua para seu falante – a tradição de um grupo social e seus costumes.

Então, quando se fala da adoção da linguagem neutra em instituições como a escolar, esta que fornece a base intelectual para as práticas sociais, fala-se de uma fragmentação daquilo que está dentre os valores mais cristalizados dentro da história da humanidade: a existência de dois gêneros, o masculino e o feminino. Desse modo, a gramática passa a ter que transmitir as constantes mudanças sociais, e seus falantes passam a ter que abrir mão de certos purismos arraigados no inconsciente para a inclusão dos LGBTQIA+.

Outro fator que evidencia a complexidade do gênero gramatical no âmbito social é a não existência, na prática, de um gênero neutro. É sabido que o masculino se encarrega disso, por sua semelhança com o gênero neutro no latim clássico, entretanto, Freitag (2022, p.58) esclarece:

Não existe neutralidade de gênero quando em referência a pessoas. As pessoas têm identidade, expressão e orientação quanto a seu gênero, seja em perspectiva binária ou não binária, e são categorizadas por isso. Não existe neutralidade nesse processo: a partir do momento em que atribuímos nomes a uma entidade e a inserimos em determinada categoria, passamos a atribuir valores positivos ou negativos e a definir seu lugar em escalas hierárquicas (Moscovici, 1988). No entanto, existem situações em que a referência ao gênero das pessoas é ampliada, num processo de referência ao coletivo, sem indicação específica ao gênero, configurando uma situação de referência generalizada.

Desse modo, fica perceptível a oposição entre o prescritivismo e o que, de fato, faz parte do consciente do falante da LP. Sim, porque todos têm uma consciência linguística, mesmo que não consigam expressá-la por meio de regras gramaticais. Para exemplificar, é comum que se consiga perceber de qual região pertence uma pessoa, através da forma que o “s” é pronunciado no final da sílaba, revelando-se uma distinção muito clara entre fonemas, mesmo não tendo um estudo acerca de fonética.

Essas variações, no entanto, passam despercebidas por não partirem do mesmo lugar que a linguagem neutra parte, uma comunidade de menor prestígio social, mais que isso, marginalizada por grande parte da população. Fica, assim, evidente notar a seletividade com a qual alguns grupos ligam com a estrutura linguística, quando se trata de simplicidade *versus* complexidade da língua. Um bom exemplo disso é a questão da concordância verbal padrão nas línguas, como explica Lucchesi (2015):

[...] na atualidade, a grande maioria dos artigos científicos é escrita em inglês, uma língua praticamente desprovida de concordância nominal e verbal. Isso é prova mais do que evidente de que o pensamento formal sistemático pode ser vazado, tanto em uma língua de concordância explícita (como o alemão) quanto em uma língua sem concordância verbal explícita (como o inglês). Chega-se rapidamente a essa conclusão aplicando-se o raciocínio lógico, que prevê a verificação de hipóteses gerais por meio da observação controlada de fatos particulares, e não com base em afirmações apriorísticas, baseadas apenas nas falsas impressões dos estereótipos do senso comum [...] (LUCCHESI, 2015, p.19).

Ou seja, a concordância verbal, uma das marcas de maior prestígio na LP, não segue, ao contrário do que se pensa, uma ordem lógica de funcionamento. Sua insistente exigência no âmbito escolar só se justifica, portanto, por uma necessidade de perpetuar a tradicionalidade da LP apreendida nas gramáticas normativas sem que haja, antes, um conhecimento, ao menos da imensidão de suas estruturas.

Por outro lado, o que se vê na comunidade escolar está diretamente ligado à falta de conhecimento sobre o funcionamento da linguagem, tolhendo toda a bagagem cultural que a mesma pode carregar consigo e dificultando, inclusive, seu aprendizado e reproduzindo a tão temida “língua artificial” a que os críticos da linguagem neutra se utilizam como argumento.

(...) com a expansão quantitativa da rede escolar, passaram a frequentar a escola em número significativo falantes de variedades do português muito distantes do modelo tradicionalmente cultivado pela escola. Passou a haver um profundo choque entre modelos e valores escolares e a realidade dos falantes: choque entre a língua da maioria das crianças (e jovens) e o modo artificial de língua cultuado pela educação da linguística tradicional; choque entre a fala do professor e a norma escolar; entre a norma escolar e a norma real; entre a fala do professor e a fala dos alunos (FARACO, 1997, p.57 *apud* PARANÁ, 2008, p. 43).

É crucial observar, nesse aspecto, que a linguagem neutra não sugere o abandono das normas linguísticas, muito menos a adoção de uma linguagem corriqueira

de um grupo social específico nos ambientes formais; ao contrário disso, vem com um arcabouço razoavelmente robusto – levando-se em consideração seu caráter contemporâneo – de valores e categorizações em seu emprego. Há, nesse âmbito, a temida e já discutida aqui transmutação de aspectos sólidos da língua e, mais que isso, uma reflexão sobre aspectos patriarcais da língua. Nessa conjuntura, Bortoni (2006) traz o objetivo de acolher os falantes da linguagem neutra como algo que deve estar entrelaçado ao ensino das gramáticas nas escolas: “aproveitar as experiências que as crianças trazem consigo, repetindo padrões interacionais que lhes são familiares”.

Sobre isso, é importante ressaltar que a disseminação da linguagem neutra é discutida por muitos, em especial, pessoas não envolvidas com o estudo das variações linguísticas, sob o viés político e social contido nela. Assim, se, por um lado, isso não é um equívoco, uma vez que a língua nunca deixou de ser política, por outro, percebe-se no discurso contrário à linguagem neutra questões enraizadas ligadas ao preconceito e ignorar isso seria não agir no que é fundamental para que haja um pensamento autônomo sobre a questão em pauta.

4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo é responsável pela análise dos comentários feitos sobre a reportagem, tendo em vista o repertório teórico construído no capítulo anterior. Serão consideradas, nesse âmbito, as mensagens favoráveis à atitude da professora e os contrários à atitude da professora (ambas diferenciadas pelo título da imagem). A escolha da reportagem em questão se dá pela comoção social por parte da população brasileira: o caso ilustra como países de língua e cultura próximas ao Brasil têm lidado com a adoção da LN em sala de aula.

De início, tem-se a situação de uma professora na Colômbia, que penalizou uma aluna por redigir um trabalho usando a linguagem neutra⁷. A professora Sara Vanessa Gardenha reprovou a aluna e pediu, para a recuperação de sua nota, uma breve apresentação em língua de sinais. Além disso, na fala da professora, a língua de sinais, sim, representa inclusão de verdade, e nisso ela está respaldada pela Real Academia Espanhola, a instituição responsável pela regulação linguística do mundo hispanófono. Como ilustração, disponibilizamos, a seguir, um trecho da matéria noticiada:

REPROVADA

Professora reprova aluna que fez trabalho em linguagem neutra e é criticada na web

A professora contou o episódio nas redes sociais e foi criticada por várias pessoas

19/09/2022 às 18:03

Nos últimos tempos, tem se falado muito sobre a linguagem neutra, à medida que os defensores dessa forma de comunicação se manifestam para defender a inclusão de pessoas no idioma.

Com opiniões diversas, ambos os grupos podem encontrar maneiras polêmicas de defender seu ponto de vista. Uma professora tem recebido diversas críticas nas redes sociais por relatar sua reação ao receber um trabalho todo escrito em linguagem neutra.

Sara Vanessa Cárdenas, uma professora da Colômbia, relatou no Twitter que decidiu reprová-la uma aluna por causa da forma como ela escreveu seu trabalho. “Eu estava corrigindo alguns trabalhos e uma aluna me deu uma redação em linguagem inclusiva (...) obviamente ela tirou 1”, escreveu a mulher.

⁷ A matéria pode ser acessada na página “O Amor”, no Facebook, como também no próprio portal, em: <https://oamor.com.br/comportamento-2/professora-reprova-aluna-que-fez-trabalho-em-linguagem-neutra/>.

Para ajudar a aluna a obter melhor nota e salvar seu ano letivo, ela lhe deu a oportunidade de fazer outro trabalho, que consistia numa breve exposição em língua de sinais, “assim ela aprenderá ‘inclusão’ de verdade”, concluiu a mulher na postagem.

As reações dos internautas foram polarizadas. Vários apoiaram a decisão da professora com base na definição da Real Academia Espanhola, que descreveu o uso da linguagem inclusiva como “desnecessário”.

No entanto, os mais inclinados à causa criticaram a maneira de ensinar, e alguns até mesmo opinaram que ela estava “censurando” a aluna. [...]

Os ativistas da comunicação inclusiva acreditam que a forma como falamos, escrevemos e nos comunicamos reflete nossos valores e crenças. Nesse sentido, pela fala e escrita, podemos perpetuar estereótipos, ainda que inconscientemente. Para eles, embora a língua não seja sexista, a sociedade é, com isso incentivamos certos tipos de desigualdades.

Esses aspectos apontam não só para a questão do julgamento de valor que cada norma linguística traz, como também para a influência da opinião pública nas políticas educacionais do Brasil. Ao analisar os comentários feitos na postagem, há reflexão acerca de como a LP é ensinada nas escolas e como essa abordagem pode influenciar a discussão acerca do uso da linguagem neutra, já que isso envolveria conhecimentos que transbordam o simples uso da norma-padrão.

Passemos, então, à exposição e à análise de 40 comentários feitos na página O Amor, no Facebook, por brasileiros favoráveis e contrários à atitude da professora, buscando entender o que está sendo tomado por base para suas posições.

Figura 1- Comentário favorável.

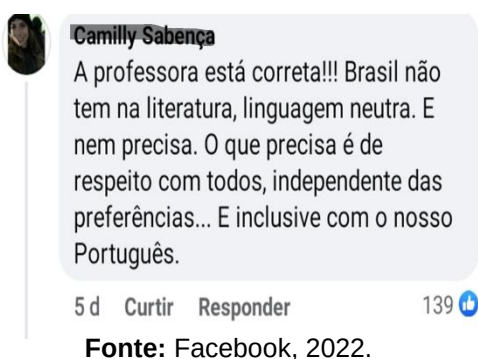


Figura 2- Comentário contrário.

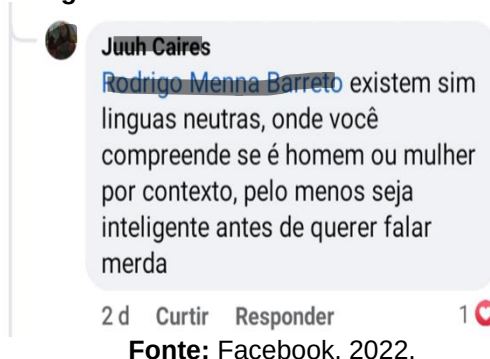


Figura 3 - Comentário favorável.

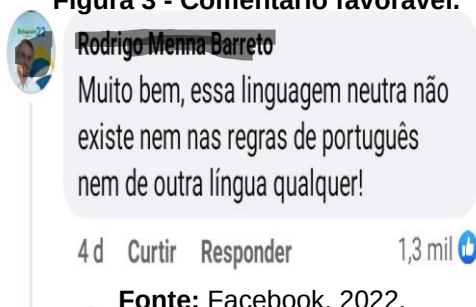


Figura 4 - Comentário favorável.

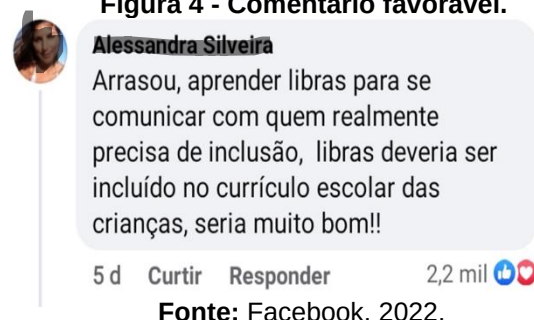


Figura 5 - Comentário favorável.

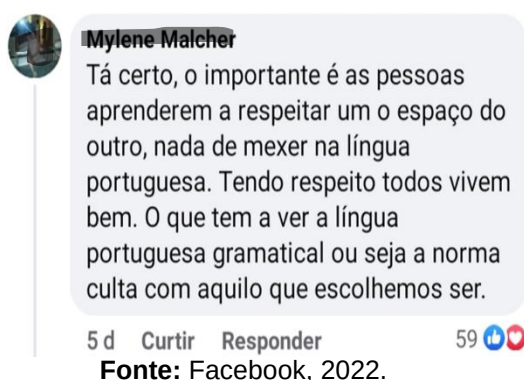


Figura 6 - Comentário favorável.

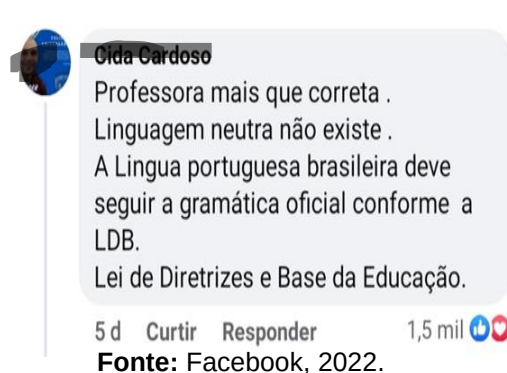


Figura 7 - Comentário favorável.

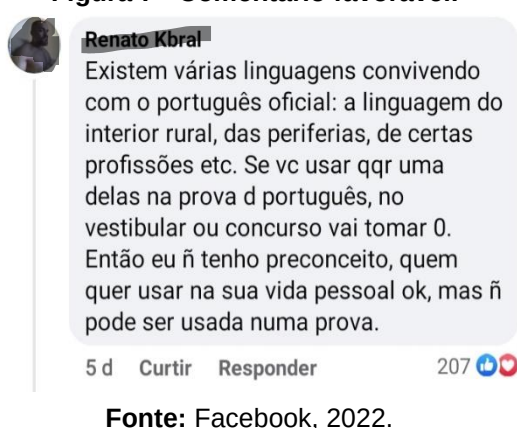


Figura 8 - Comentário contrário

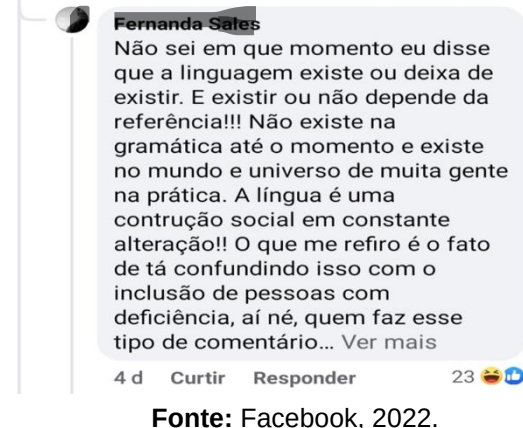
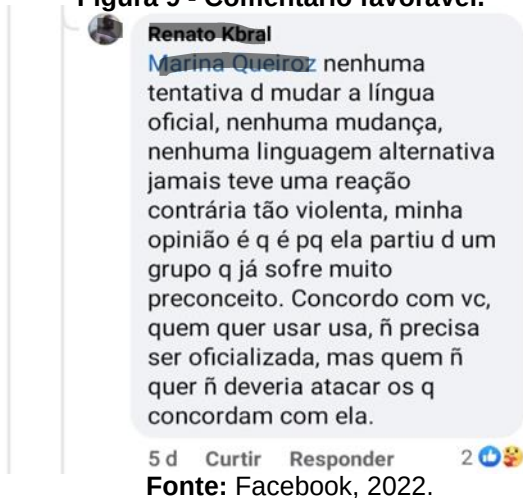


Figura 9 - Comentário favorável.

5 d Curtir Responder 2 👍 😊

Fonte: Facebook, 2022.

Nos recortes acima, são evidentes os posicionamentos daqueles que acreditam não haver necessidade alguma da adoção da LN na educação, na *figura 4* o usuário admite a necessidade da inclusão de sinais, mas não dos não binários. Como analisado no *capítulo 3*, aqui tem-se um exemplo explícito acerca da seletividade quando se fala de demandas sociais, nesses excertos, as demandas sociais que envolvem mudanças linguísticas estão sendo analisadas de acordo com classificação social, isso trazido nos comentários das *figuras 7, 8 e 9*, isto é, a exclusão de surdos é uma problemática para o usuário da *figura 4*, mas a exclusão da comunidade LGBTQIA+, não.

Na *figura 5 e 7* o usuário tem a concepção de linguagem dissociada das práticas sociais quando questiona a correlação entre norma culta, e com a individualidade de cada um. Aqui, vale destacar uma questão: norma culta é, a partir da fala do usuário, equiparada à norma-padrão; há de se haver um cuidado nessa inferência, pois, como discutido no subcapítulo 3.1, a norma gramatical está contida nas gramáticas normativas e não permite variações linguísticas, ao utilizá-la, o falante deveria reproduzir apenas suas regras, ou seja, não atende a todas as necessidade cotidianas, a norma culta, apesar de querer se aproximar da norma gramatical, reproduz características de seus falantes.

Figura 10 - Comentário favorável.

**Marlice Fonseca de Souza**

Certíssima essa professora. Língua neutra não existe, o que existe são regras gramaticais, o resto é idiotice mesmo.

3 d Curtir Responder

2

Fonte: Facebook, 2022.

Figura 11 - Comentário favorável.

**Regilma Socorro**

No Brasil, Os trabalhos escolares e Acadêmicos devem ser feito no português padrão, vale o que tá na gramática. Certíssima a professora!

6 d Curtir Responder

801

Fonte: Facebook, 2022.

Figura 12 - Comentário favorável.

**Luis Carlos Rikowski**

Concordo plenamente com a professora, vale a gramática da língua portuguesa.

5 d Curtir Responder

4

Fonte: Facebook, 2022.

Figura 13 - Comentário favorável.

**Leonardo Abreu**

A professora fez o certo!! Ela ensina linguagem culta e oficial. A linguagem neutra é coloquial, não é oficial !!

2 d Curtir Responder

4

Fonte: Facebook, 2022.

Figura 14 - Comentário contrário

**Hugo Félix**

Lol a malta a falar que em português Bla Bla Bla isto aconteceu na Colômbia certamente que n estão a falar da língua portuguesa 😊 mas ler o artigo é difícil. De qualquer forma dar um 1 é um bocado extremo se calhar faz mais sentido falar com a criança e clarificar o porquê de haver regras de escrita e a razão pela qual estas devem ser seguidas. E sim pedir lhe para refazer o trabalho obedecendo as regras. No fundo a ideia da criança nem foi a pior só queria respeitar todas as pessoas a partir da sua escrita embora no meu ponto de vista isso n faça o mais pequeno sentido.

6 d Curtir Responder

16

Fonte: Facebook, 2022.

Figura 15 - Comentário favorável

**Xapo Verde**

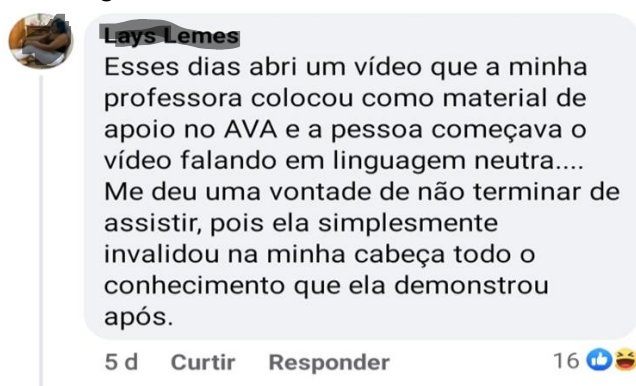
~~Lui Moura~~ existe a partir do momento q ela é criada e se popularisa, e eu mesmo te conto "seu cérebro n ta preparado pra isso" 😊

5 d Curtir Responder

1

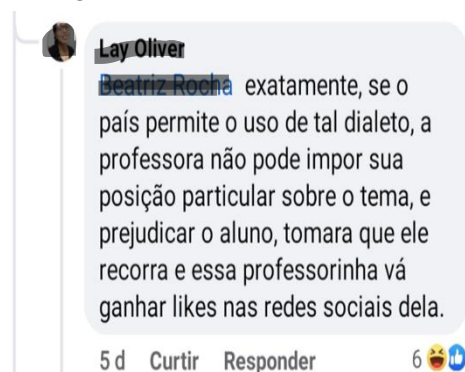
Fonte: Facebook, 2022.

Figura 16 - Comentário favorável.



Fonte: Facebook, 2022.

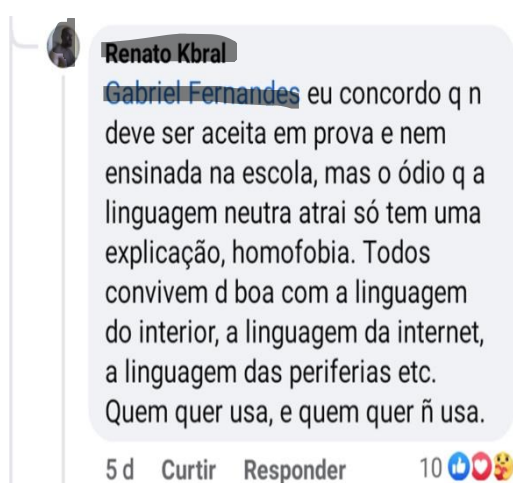
Figura 17 - Comentário contrário.



Fonte: Facebook, 2022.

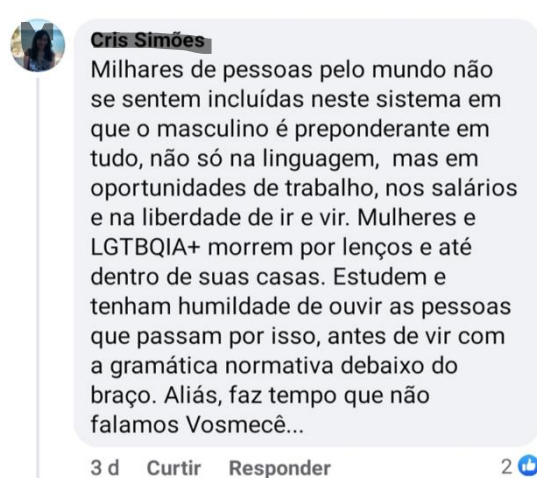
Na *figura 15*, ainda que o usuário queira chamar atenção para o caráter prático da língua, é possível fazer um adendo, sobre como ele pontua seus conhecimentos linguísticos, de forma a desprezar a inteligência do usuário favorável à postura da professora. Nesse aspecto, em prol de uma inclusão social, o falante, que parece dominar alguns conceitos em detrimento do outro referido, exclui a legitimidade do outro, ou seja, quem não tem conhecimento em linguística, não está apto a opinar sobre a língua que utiliza diariamente. De modo análogo, na *figura 17*, o termo “professorinha” usado dentro desse contexto para rebaixar alguém, evidencia o quanto a variação linguística está inserida nas práticas sociais.

Figura 18 - Comentário favorável.



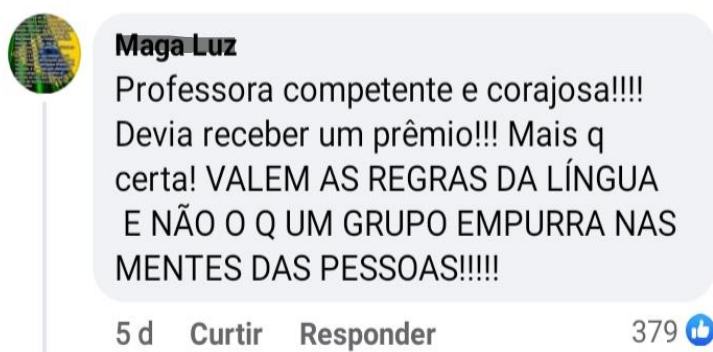
Fonte: Facebook, 2022.

Figura 19 - Comentário contrário.



Fonte: Facebook, 2022.

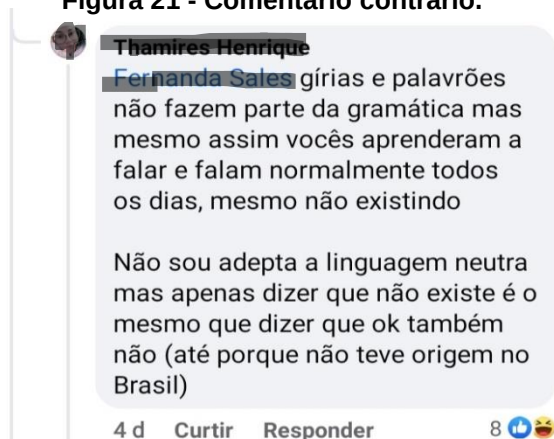
Figura 20 - Comentário favorável.



Fonte: Facebook, 2022.

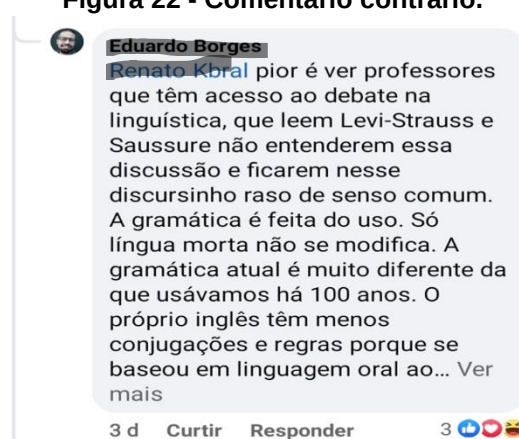
Fonte: Facebook, 2022.

Figura 21 - Comentário contrário.



Fonte: Facebook, 2022.

Figura 22 - Comentário contrário.



Fonte: Facebook, 2022.

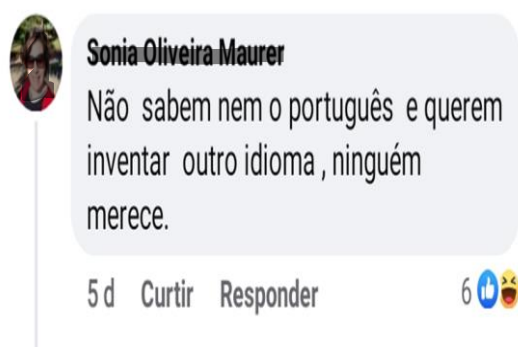
Acima, nas *figuras 20, 11 e 22* novamente, é colocada em xeque a influência das práticas sociais nas estruturas linguísticas, dessa vez há uma reflexão sobre o grupo social que reivindica o uso da linguagem neutra, no entanto, de acordo com esses usuários, o respeito e as medidas de inclusão não precisam transbordar o eixo social, mas, então, o que seria a LP, senão uma ferramenta política dos que vivem em sociedade? Acerca disso, revisitando o capítulo 3.2, compreende-se o valor que as dinâmicas sociais tiveram na construção das primeiras gramáticas, esta, sendo, inclusive, utilizada como meio de cristalização da cultura greco-romana.

Sob esse viés, há – dentro desse perfil de falante – a impressão de LP como algo criado ao acaso, sem, sequer, refletir se é essa a língua que se faz uso cotidianamente, quer dizer, o próprio registro utilizado por aqueles que defenderam, nos comentários, a norma culta, traz os traços de uma outra linguagem, utilizada nos meios virtuais. Outro levantamento interessante, o da *figura 23* retoma o que foi evidenciado

na análise de Lucchesi sobre a falsa impressão que o falante da LP perpetua de que, quanto mais complexa a estrutura linguística de um idioma, mais intelectual é seu falante.

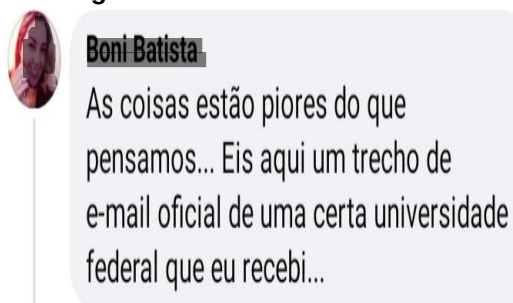
Outro ponto discutido no capítulo 3.1, que está presente nas figuras 21,25 e 26 é a falta de importância, dada pela sociedade, à identidade do estudante de LP, levando-se a adoção do aprendizado de LP cada vez mais distante do que é posto em prática por eles. Além disso, é necessário retomar a fala, na *figura 6*, que vincula a não existência da linguagem neutra por esta não estar presente na LDB. Acerca desse fator, é mais viável voltar-se à análise da BNCC, uma vez que é nela que se encontram as normas que regem as posturas educacionais, adotadas no Brasil as quais foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na Constituição Federal de 1988.

Figura 23 - Comentário favorável.



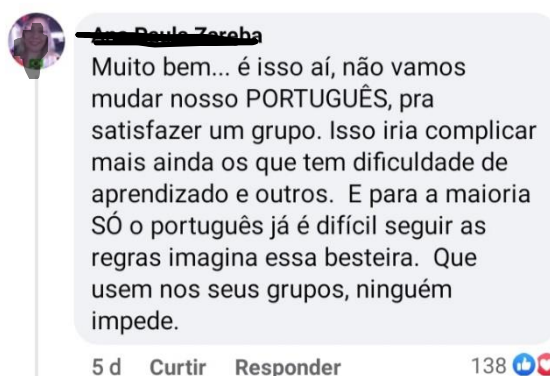
Fonte: Facebook, 2022.

Figura 25 - Comentário favorável.



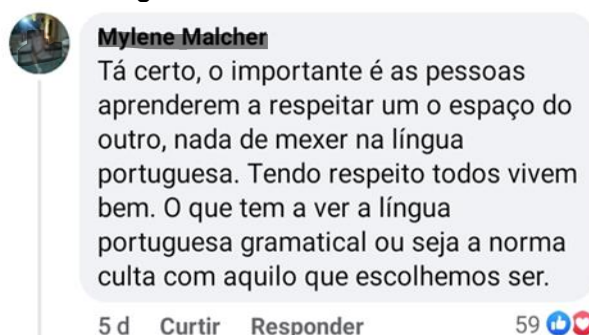
Fonte: Facebook, 2022.

Figura 24 - Comentário favorável.



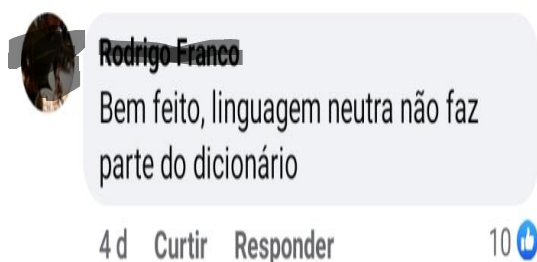
Fonte: Facebook, 2022.

Figura 26 - Comentário favorável.



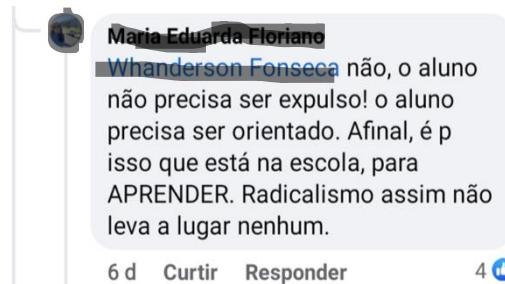
Fonte: Facebook, 2022.

Figura 27 - Comentário favorável.



Fonte: Facebook. 2022.

Figura 28 - Comentário favorável.



Fonte: Facebook, 2022.

Acima, na figura 26, é importante ressaltar que o idioma não é composto, unicamente, pelas regras que aparecem nas gramáticas normativas, o que o usuário fala - mesmo que inconscientemente – a respeito da defasagem no ensino da LP já é um reflexo evidente da falta de proposta a uma reflexão aprofundada sobre a língua como um todo. Na *figura 24*, tem-se uma fala categórica do que deve ser dispensado no ensino de língua, no capítulo anterior fica mais que evidente que essa postura já vem sendo adotada, alcançando pouco êxito na transmissão de uma norma culta, como evidenciado pelo usuário da *figura 24*.

Figura 1A – texto escrito.

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Análise linguística/ semiótica	Variação linguística	(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico. (EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.

Fonte: Brasil, 2017.

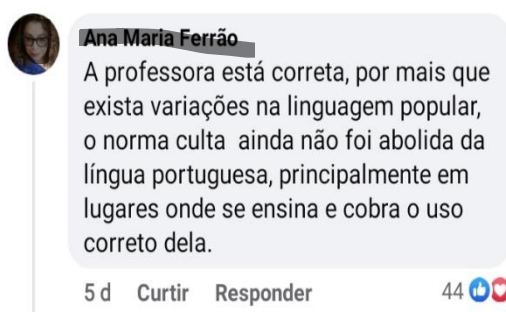
Figura 1B – Eixo da oralidade

EIXO ORALIDADE	
Consideração e reflexão sobre as condições de produção dos textos orais que regem a circulação de diferentes gêneros nas diferentes mídias e campos de atividade humana	• Refletir sobre diferentes contextos e situações sociais em que se produzem textos orais e sobre as diferenças em termos formais, estilísticos e linguísticos que esses contextos determinam, incluindo-se aí a multimodalidade e a multisssemiose. • Conhecer e refletir sobre as tradições orais e seus gêneros, considerando-se as práticas sociais em que tais textos surgem e se perpetuam, bem como os sentidos que geram.
Relação entre fala e escrita	• Estabelecer relação entre fala e escrita, levando-se em conta o modo como as duas modalidades se articulam em diferentes gêneros e práticas de linguagem (como jornal de TV, programa de rádio, apresentação de seminário, mensagem instantânea etc.), as semelhanças e as diferenças entre modos de falar e de registrar o escrito e os aspectos sociodiscursivos, composicionais e linguísticos de cada modalidade sempre relacionados com os gêneros em questão. • Oralizar o texto escrito, considerando-se as situações sociais em que tal tipo de atividade acontece, seus elementos paralinguísticos e cinésicos, dentre outros. • Refletir sobre as variedades linguísticas, adequando sua produção a esse contexto.

Fonte: Brasil, 2017.

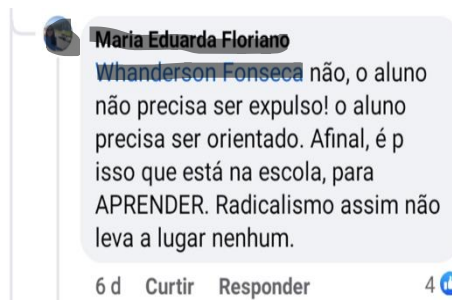
Nas *figuras 1A e 1B*, compreende-se que a BNCC incentiva a análise de como os fenômenos ligados à variação linguística ocorrem, “avaliar as construções de produção dos textos orais” se refere ao contexto social de seu falante. Há, portanto, um contraponto em relação ao que vêm sendo racionalizado pelos usuários nas *figuras 6, 30, 31, 32* nas quais se categoriza um ensino de língua dissociado do contexto social de seu falante.

Figura 30 - Comentário favorável.



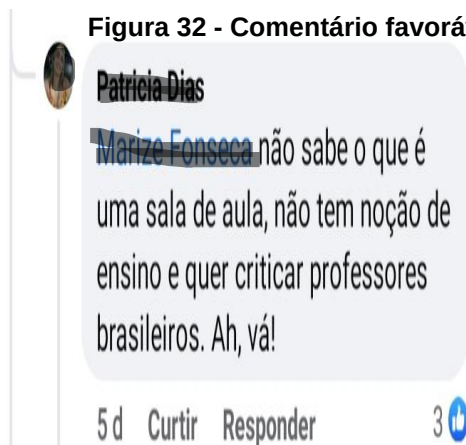
Fonte: Facebook, 2022.

Figura 31 - Comentário favorável.



Fonte: Facebook, 2022.

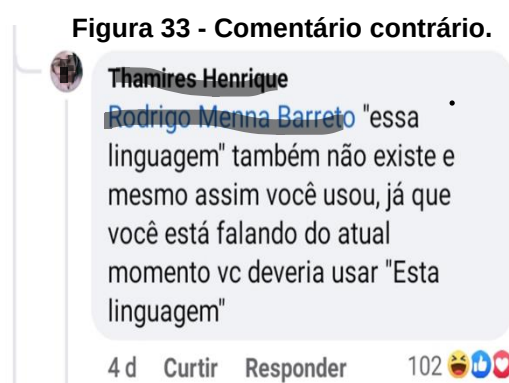
Figura 32 - Comentário favorável.



Fonte: Facebook, 2022.

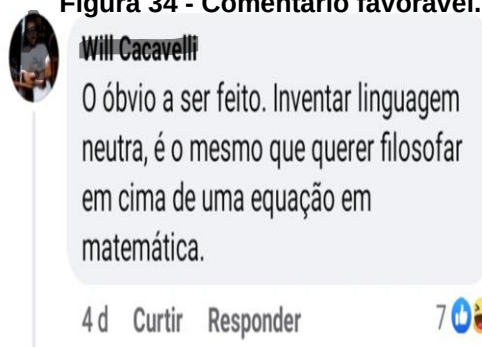
Ainda nessa linha de raciocínio, a *figura 1A* traz uma habilidade que recomenda um certo cuidado na abordagem de norma linguística, reforçando ainda haver situações específicas para o uso da norma-padrão, esta, tida por muitos dos comentários da reportagem como a única norma existente. Dessa forma, fica evidente que os documentos oficiais trazidos como respaldo – ainda que de forma confusa – na *figura 6*, não recomendam um uso inconsciente e normativista da LP, mas sim, uma valorização da reflexão sobre sua língua materna.

Figura 33 - Comentário contrário.



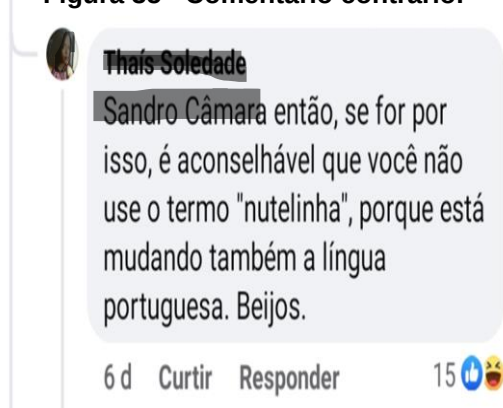
Fonte: Facebook, 2022.

Figura 34 - Comentário favorável.



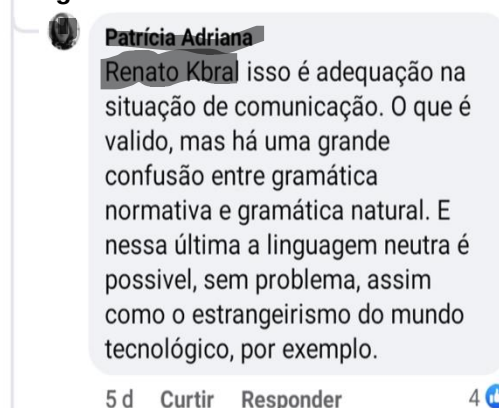
Fonte: Facebook, 2022.

Figura 35 - Comentário contrário.



Fonte: Facebook, 2022.

Figura 36 - Comentário contrário.

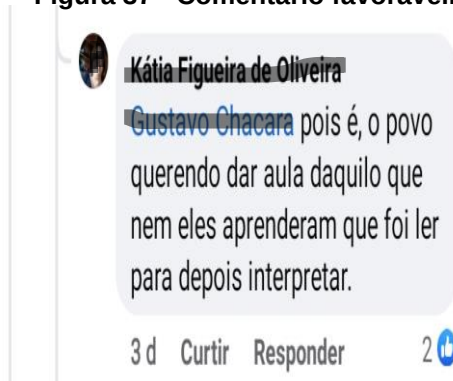


Fonte: Facebook, 2022.

As figuras 34, 35 e 36 passam um entendimento da LP mais aproximado do que está previsto nos documentos que norteiam o ensino de língua (ver figuras 1A e 1B). Nesse aspecto, há uma conscientização acerca da variedade linguística relacionada à fala e a provocação – na figura 3 – sobre quais variações estão sendo, não só aceitas, como também utilizadas pelos falantes defensores de uma língua delimitada apenas pela gramática normativa. A partir que foi discutido anteriormente, isso se deve a uma concepção de língua como um valor pétreo da sociedade, um conjunto de normas por meio do qual será eleita uma elite intelectual.

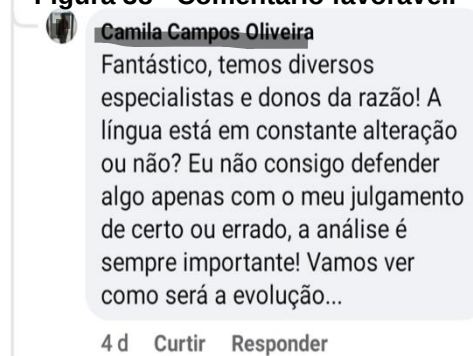
Dado o exposto, formam-se verdadeiros dogmas próprios de um grupo acerca de algo que ocorre independente da norma, mas nunca por acaso, como colocado por Bagno (2007). Nesse ciclo de crenças é que nascem as incongruências: o entendimento dos mecanismos linguísticos como uma ciência exata, muitas vezes, escupida por regras com pouca ou nenhuma usualidade; a concepção de que a LP domina seu falante, como se ao falar, o indivíduo, valendo-se de fatores situacionais, não se apropriasse da língua em decorrência disso, trava-se uma batalha entre a política e, talvez, uma das suas mais antigas formas de propagação: a língua.

Figura 37 - Comentário favorável.



Fonte: Facebook, 2022.

Figura 38 - Comentário favorável.



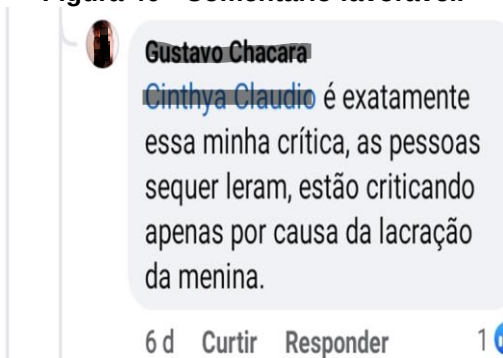
Fonte: Facebook, 2022.

Figura 39 - Comentário favorável.



Fonte: Facebook, 2022.

Figura 40 - Comentário favorável.



Fonte: Facebook, 2022.

Nas figuras 37,38,39 e 40 percebe-se a crítica aos usuários não leram a reportagem, envolvendo, como visto durante esta análise, o idioma e as normas dentro do Brasil, adotando como prerrogativas, inclusive, documentos que norteiam a educação no Brasil. Então, ao observar a avaliação da sociedade sobre a escola e sua tolerância ao que não é padronizador, dá-se início, como em vários outras âmbitos sociais, o embate entre senso comum – uma vez que, majoritariamente, a população não conhece Sociolinguística – e o conhecimento científico, este indispensável para a construção de um cenário propício para a educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a questão central do presente trabalho, ou seja, a discussão sobre a utilização da linguagem neutra como meio de promover diversidade no âmbito escolar, foi necessário desenvolver uma bagagem linguística que explicasse fenômenos variacionistas como esse. Assim, a produção de uma concepção mais abrangente da adoção da linguagem neutra foi feita de modo a preencher a lacuna existente nas atitudes contrárias e/ou favoráveis à adoção dessa linguagem nas escolas brasileiras.

Para que essa análise fosse abordada de modo a oferecer um recorte real de como a utilização da linguagem neutra tem sido enxergada pelos falantes da Língua Portuguesa, foi utilizada uma postagem a respeito da repreensão de uma professora pela utilização da linguagem neutra por uma aluna. O caso noticiado no Facebook foi alvo de grande reação por parte dos brasileiros, revelando-se, dessa forma, como um tema que precisa ser muito bem debatido antes de ser, sumariamente, negado ou adicionado ao cotidiano das salas de aula.

Além disso, ao observar a correlação entre língua e sociedade, o debate sobre esse tema revela-se crucial para que haja uma maior conscientização acerca dos mecanismos presentes na Língua Portuguesa. Embora a Sociolinguística seja apresentada aos falantes em esferas de ensino superior, aqui, entende-se o quanto ela se manifesta acima do nível de consciência nas práticas sociais, trazendo, inclusive, explicações para algumas deformidades sociais como o preconceito linguístico, ou até a evasão escolar.

Nesse parâmetro, constata-se, ao final da análise dos comentários selecionados, a persistência de uma concepção de língua muito ligada à norma-padrão, algo ocasionado, sobretudo por um ensino de Língua Portuguesa totalmente voltado ao prescritivismo. Como discutimos no capítulo 3, é notável que a sociedade, de modo geral, sempre se manteve inclinada a uma prática linguística que estivesse atrelada a algum prestígio social, isto é, determinada norma linguística como veículo de uma “cultura superior”.

Contudo, essa norma contida nos manuais de gramática – até hoje utilizados nas escolas brasileiras – não acompanhou de forma produtiva as mudanças no funcionamento da língua. Esse processo, como foi observado, causou em seus usuários a

problemática crença de que o que não é prescrito pelos gramáticos normativistas induz a um erro na realização da língua, ou ainda, que nem faz parte da língua.

Assim, trazendo para o tema da linguagem neutra, é a partir dessa crença que muitos falantes deslegitimam seu uso, partindo do pressuposto que a língua está atada à norma-padrão, sendo esta a única força capaz de modificá-la. Nesse aspecto, utilizando-se dos comentários coletados, se percebe que a população, em sua grande maioria, também não leva em consideração a diferenciação entre norma-padrão, norma culta, gramática, língua.

Isso porque – no imaginário desses indivíduos – norma-padrão, norma culta, gramática e língua são atribuídos a um mesmo conceito: o jeito mais correto de se desempenhar uma língua dentro de uma lógica de usuários letrados e pertencentes a uma camada social mais elevada. A linguagem neutra, todavia, encontra-se justamente do lado oposto, utilizada para designar uma forma descompromissada de comunicação, segundo seus críticos.

Frente a isso, foi notado, ainda, que esse mesmo grupo que admite apenas a norma-padrão também não se submete a ela nas suas práticas cotidianas. Portanto, há uma definição por parte deles mesmos do que é uma variação linguística pertinente e do que não é e, para além disso, quais os limites da inclusão dentro da educação.

Esse último ponto é especialmente problemático, pois provoca a atitude – observada em muitos dos comentários analisados – respaldada na crença de que inclusão social é uma política que só deve abranger pessoas com deficiência, de maneira oposta, vê-se aqui que o ensino de língua precisa estar atento a todos os seus falantes, para que o conteúdo aprendido em sala de aula faça sentido na hora de ser colocado em prática.

Então, diante dos fatos mencionados que explicam o que influencia a opinião pública sobre a utilização da linguagem neutra nas escolas do Brasil, conclui-se que há uma amenização na forma de se tratar, no sistema educacional, de variação linguística e, conseqüentemente, uma lacuna no entendimento de língua e diversidade.

Faz-se, portanto, necessária a utilização do ambiente escolar para não só o estudo de uma norma linguística – a norma-padrão – mas também de todas as outras que acompanham as mudanças sociais, como é o caso da linguagem neutra, buscando uma percepção de língua, pelo aluno, como um artifício que o acompanha em suas interações e não que o limita.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. C. Manual para uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa. 2020. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/341736329_Manual_para_o_uso_da_linguagem_neutra_em_Lingua_Portuguesa > Acesso em: 10 nov. de 2022.
- BARBOSA FILHO; OTHERO. **Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate** / organização Fábio Ramos Barbosa Filho, Gabriel de Ávila Othero; Sírío Possenti ... [et al.]. – 1. Ed. – São Paulo: Parábola, 2022.
- BAGNO, Marcos, 1961- **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística** / Marcos Bagno. - São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: MEC/SEB,2017**. Disponível em:< <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. >Acesso em: 10 Nov. 2022.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- BORBA, R.; LOPES, C. A. **Escrituras de gênero e políticas de différence: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar**. Linguagem & Ensino, Pelotas, v.21, n. esp., [VIII SENALE] p.241-285, 2018.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora? sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- CAVALCANTE, Silva. **A Morfologia de Gênero Neutro e a Mudança Acima do Nível de Consciência**. In: BARBOSA FILHO; OTHERO. Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate / organização Fábio Ramos Barbosa Filho, Gabriel de Ávila Othero; Sírío Possenti ... [et al.]. – 1. Ed. – São Paulo: Parábola, 2022.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- DA REDAÇÃO. **Linguagem neutra: Veja o que é e conheça as leis contra sua utilização**. Migalhas, sexta-feira, 14 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/357892/linguagem-neutra-veja-o-que-e-e-conheca-as-leis-contra-sua-utilizac> >. Acesso em: 09/11/2022.
- ECKERT; P; MCCONNELL-GINET, S. **Comunidades de práticas: lugar onde coabitam linguagem, gênero e poder**. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. Linguagem, sexo, sexualidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. [original de 1992].
- FARACO, C. A. (2021). **Ensinar x Não ensinar gramática: ainda cabe essa questão?**. **Calidoscópio**, 4(1), 15–26. Recuperado de <<https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/5983>>.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.

FIORIN, José; PETTER, Margarida. **linguagem, língua, linguística, in: Introdução à linguística** (org.) 5. ed., 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2007.

GROSSI, Miriam. **Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão**, n. 24, PPGAS/UFSC, Florianópolis, 1998 (revisado em 2010).

LUCCHESI, D. **Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.

MESA-REDONDA 1 | **Das teses às antíteses: a questão da linguagem neutra no Brasil:** Das teses às antíteses: a questão da linguagem neutra no Brasil. UFRJ, You Tube, 2022. 1 vídeo (1h52min). Publicado pelo Semana de Letras UNESP IBILCE. Disponível em: < https://youtu.be/P_ESXeCBDLE >. Acesso em: 20 ago. 2022.

ONLINE, R. B.; AMARAL, H. **Estudo da Unesp de Botucatu revela que Transgêneros e Não Binários são 2% dos brasileiros** - Botucatu Online. Disponível em: <<https://botucatuonline.com/estudo-da-unesp-de-botucatu-revela-que-transgeneros-e-nao-binarios-sao-2-dos-brasileiros/>>. Acesso em: 6 dez. 2022

OLIVEIRA, Samuel. **A Linguagem Neutra e o Ensino de Língua Portuguesa na Escola.** In: BARBOSA FILHO; OTHERO. Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate / organização Fábio Ramos Barbosa Filho, Gabriel de Ávila Othero; Sírío Possenti ... [et al.]. – 1. Ed. – São Paulo: Parábola, 2022.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa.** Curitiba: SEED, 2008.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português brasileiro.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

POSSENTI, Sírío. **O Gênero e o Gênero.** In : BARBOSA FILHO; OTHERO. Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate / organização Fábio Ramos Barbosa Filho, Gabriel de Ávila Othero; Sírío Possenti ... [et al.]. – 1. Ed. – São Paulo: Parábola, 2022.

SITE DE ENTRETENIMENTO, O Amor. **“Para recuperar a nota, ela deverá fazer uma pequena exposição em linguagem de sinais, para aprender o que é “inclusão” de verdade”, escreveu a professora nas redes sociais. O assunto deu o que falar..** Mato Grosso do Sul, 26 ago. 2022. Facebook: @oamorof. Disponível em: < <https://www.facebook.com/1211935785533702/posts/pfbid0ugrVvy4FiFCZDy75q3hxCi-HGVM2BfYv1a4yAsWR8WQFxFWy7SnoDLHk7W7GkBzWmXI/> >. Acesso em: 14 set. 2022.

